

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 11/2013**

Período: 13/04/2012 – 19/04/2012

GEDES – Brasil

- 1- Comissão Nacional da Verdade I: colegiado recebe críticas
- 2- Comissão Nacional da Verdade II: período de trabalho pode ser prorrogado por seis meses
- 3- Superior Tribunal Militar tem sua relevância questionada
- 4- Jornal aponta utilização irregular de jatinhos da FAB
- 5- Explosão de bombas em Boston coloca Exército brasileiro em alerta
- 6- Relatório Figueiredo é encontrado intacto no Museu do Índio do Rio de Janeiro

1- Comissão Nacional da Verdade I: colegiado recebe críticas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ao aproximar-se da metade do seu período de funcionamento, em 16/05/13, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) ainda não apresentou nenhum resultado relevante sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985). Fontes internas dizem que a busca por resultados mais sólidos e reveladores foi dificultada por erros conceituais e de gestão; um deles seria a rotatividade da coordenação, o que impede um trabalho contínuo. Outro ponto polêmico seria a divulgação dos resultados, pois uma parte acredita que devem ser levados a público apenas as conclusões finais, enquanto outra defende que devem existir discussões sobre o assunto com a sociedade brasileiro. Além disso, o jornal afirmou que o colegiado pouco aproveitou os documentos produzidos pelo próprio governo a respeito do regime militar, como os da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Contudo, segundo a *Folha*, alguns casos geraram frutos, como o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na morte do deputado Rubens Paiva. Mas outros grandes casos como a Guerrilha do Araguaia e o atentado no Riocentro não tiveram avanços nas investigações. Em entrevista à *Folha*, o atual coordenador da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, ressaltou que a Comissão ainda possui um ano para apresentar resultados e que irá cumprir suas metas iniciais. Pinheiro revelou que há 50 investigações em curso, 350 nomes de violadores de direitos humanos identificados, 59 testemunhas ouvidas e que 44 supostos casos de suicídio durante o regime poderão ser revistos. O coordenador ressaltou a importância da digitalização de 16 milhões de páginas do Arquivo Nacional. Além de demonstrar seu empenho, desmentiu informações sobre uma possível divisão interna e lembrou resultados importantes já obtidos, como a revisão da certidão de óbito de Vladimir Herzog, jornalista morto durante o regime. Em análise publicada pela *Folha de S. Paulo*, Inês Virginia Prado Soares, doutora em Direito das Relações Sociais, afirmou que as comissões da verdade são criadas para lidar com o legado de regimes autoritários e guerras civis após a transição para regimes democráticos que prezem pela paz, contudo são ineficazes se existe impunidade. Para Soares, o Brasil demorou a tomar essa iniciativa, mas pode se espelhar em exemplos espalhados pelo mundo, além de encontrar disponível um grande acervo documental e iniciativas anteriores, oficiais e não

oficiais. A CNV brasileira, por ter sido criada por lei aprovada no Congresso Nacional, garante a ela maiores possibilidades de obter resultados e aumenta as chances de responsabilização dos culpados após o término das investigações. Entretanto, para Soares, restando um ano para seu fim, a Comissão sofre com diversos problemas que dificultam seu trabalho, como a questão da transparência, da participação da sociedade e da divulgação e sistematização de dados. Em coluna opinativa para a *Folha*, o filósofo e professor Vladimir Safatle afirmou que as críticas iniciais feitas à CNV não estavam erradas, principalmente no que se refere ao reduzido número de membros, escassez de tempo e falta de foco. Segundo Safatle, amplos setores da sociedade civil estão esperando informações capazes de fornecer “uma história mais honesta” dos fatos passíveis de investigação ocorridos durante o regime militar. O filósofo apontou a importância da apuração da CNV quanto à presença constante de empresários em locais de tortura e enfatizou que a sociedade brasileira anseia obter uma visão clara em relação ao funcionamento do aparato civil-militar durante o regime. Outra questão a que faltam esclarecimentos refere-se à possibilidade das mortes dos ex-presidentes da República João Goulart e Juscelino Kubitschek estarem ligadas a ações da Operação Condor. Safatle afirmou que o trabalho da CNV seria fundamental para que o Brasil fosse levado para as cortes internacionais, pelos grupos de direitos humanos, para “forçar o Estado brasileiro a fazer um verdadeiro dever de memória”. O filósofo defendeu ainda a revelação constante dos fatos investigados pela Comissão, em detrimento da divulgação de um relatório final, pois alimentaria a mobilização e aumentaria a pressão social contra a omissão do Estado em “respeitar a própria história”. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/04/13; Folha de S. Paulo – Poder – 14/04/13; Folha de S. Paulo – Opinião – 16/04/13)

2- Comissão Nacional da Verdade II: período de trabalho pode ser prorrogado por seis meses

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rosa Cardoso, informou no dia 15/04/13 sobre a possibilidade da prorrogação dos trabalhos da CNV por seis meses após a data inicialmente prevista para o encerramento, que seria dois anos após sua instituição, ocorrida em 16/05/12. De acordo com Cardoso, as comissões estaduais da verdade pediram mais tempo para apresentar os resultados das investigações, as quais a CNV precisaria analisar posteriormente. Segundo a *Folha*, o pedido de prorrogação deve ocorrer durante a reunião da CNV com a presidenta da República, Dilma Rousseff, que será feita para discutir o balanço do primeiro ano de trabalho da Comissão, com data ainda indefinida. Cardoso afirmou que no mês de maio será feita a divulgação parcial dos resultados, apesar da maioria dos integrantes da CNV defender a apresentação dos resultados somente no relatório final. O intuito da divulgação parcial seria atualizar o número de mortos e desaparecidos durante o regime militar (1964-1985). Por sua vez, José Paulo Cavalcanti, membro da CNV, declarou à *Folha* a necessidade de se ter “enorme cautela” na redação do relatório final da Comissão que será entregue no mês de maio de 2014, especialmente no que se refere à citação dos nomes de pessoas envolvidas em mortes, desaparecimentos e torturas ocorridas durante o regime militar. Segundo

Cavalcanti, existem questões, como a identificação das pessoas, que deverão ser discutidas com calma; e destacou que “quando houver nome para além de qualquer suspeita, tudo bem. Agora, nome por funções, é preciso ter cuidado”. De acordo com a *Folha*, alguns especialistas consideram que a maior contribuição que a CNV pode fornecer à narrativa do período do regime é a identificação dos responsáveis pelos atos investigados, considerando que já é conhecida boa parte das circunstâncias dos delitos ocorridos. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/04/13)

3- Superior Tribunal Militar tem sua relevância questionada

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a professora e cientista política Maria Celina D’Araujo apontou que atualmente o principal crime julgado pelo Superior Tribunal Militar (STM) é o consumo de maconha dentro dos quartéis e, o segundo, deserção. O STM possui 15 ministros para julgar meio milhão de pessoas – os militares –, enquanto o Superior Tribunal Federal (STF) possui 11 para julgar 200 milhões. Os gastos do STM são de cerca de R\$ 322 milhões ao ano, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A cientista política questiona se esse aparato é necessário em tempos de paz. Em declaração, o ministro do STF, Joaquim Barbosa, afirmou que está na hora de rever essa situação. Os militares alegam que sua instituição é muito importante para o país e por isso precisa de justiça rápida. Outra questão levantada por D’Araujo é que a justiça militar em toda América do Sul está se extinguindo, enquanto no Brasil ela tende a crescer, com a construção de uma nova sede em Brasília. Em posição contrária à apresentada pela cientista política, a coluna opinativa do advogado Ives Gandra da Silva Martins, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, apontou que existe no Brasil uma campanha pelo fim da Justiça Militar da União, baseada no desconhecimento sobre a sua importância. Martins afirmou que o STM existe há 205 anos no país para julgar exclusivamente crimes cometidos por oficiais das Forças Armadas, razão pela qual é formado em grande parte por oficiais de longa carreira, os quais possuem maior conhecimento prático das exigências militares. Para o advogado, é importante ressaltar que durante o período do regime militar (1964-1985) o STM foi responsável por salvar muitas vidas, mantendo assim uma tradição de respeito aos direitos humanos. Martins acredita que seria também infundada a crítica de que o número de julgamentos seja relativamente pequeno, pois esse chega ao dobro de julgamentos realizados pela Suprema Corte dos Estados Unidos. (Folha de S. Paulo – Opinião – 15/04/13; O Estado de S. Paulo – 14/04/13)

4- Jornal aponta utilização irregular de jatinhos da FAB

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, membros do alto escalão do governo da presidenta da República, Dilma Rousseff, utilizam jatinhos da Força Aérea Brasileira (FAB) para viagens particulares ou que não se encaixam nas prioridades oficiais, como o retorno para suas respectivas residências nos finais de semana. A pedido do jornal, o professor Fernando Martini Catalano, chefe do Departamento de Engenharia Aeronáutica da Universidade de São Paulo, estimou que os 5,8 mil voos realizados nos dois anos do governo Rousseff tiveram custo de R\$ 44,8 milhões. O procurador do Ministério Público no

Tribunal de Contas da União (TCU) Marinus de Vries Marsico disse que práticas desse tipo são despropositadas e que não lhe custaria nada solicitar investigações sobre tal situação, pois consiste em utilização da máquina pública para privilegiar determinado partido, e que apesar de não ser um ato ilegal, consiste em ato contra o princípio da moralidade. Segundo *O Estado*, o Ministério Público no TCU irá pedir a abertura de uma auditoria sobre o caso. Marsico pretende analisar os dados e propor medidas que visem coibir voos relacionados a compromissos político-partidários os quais, no seu entender, devem ser custeados pelos partidos políticos. De acordo com o jornal, o procurador irá oficiar ao TCU a fiscalização, em relação às movimentações dos jatos, no processo que apura a regularidade das contas do Comando da Aeronáutica, a fim de avaliar o tipo de controle que a FAB possui sobre tais despesas. Em nota oficial publicada no dia 15/04/13, a FAB informou que o julgamento da finalidade da solicitação de voos não é de sua responsabilidade. Para o procurador, a hipótese de que há uma inversão da lógica das prioridades – se o uso da frota da FAB para fins particulares se tornou regra – deve ser apurada. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/04/13; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/04/13)

5- Explosão de bombas em Boston coloca Exército brasileiro em alerta

Conforme publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, agentes dos setores antiterror da Polícia Federal e do Exército brasileiro estão em busca de informações sobre a explosão de bombas ocorrida na cidade de Boston, nos Estados Unidos da América (EUA), no dia 15/04/13. De acordo com a *Folha*, os militares aguardam os relatórios da área de inteligência para averiguar se serão necessárias mudanças nos preparativos para a Copa das Confederações, que ocorrerá no Brasil em junho, e a Jornada Mundial da Juventude, em julho. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a embaixadora estadunidense na Organização das Nações Unidas (ONU), Susan Rice, declarou que os EUA ofereceram-se para cooperar com o Brasil compartilhando lições aprendidas no recente atentado. Rice deverá se reunir com o ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim. Em coluna opinativa para a *Folha* no dia 18/04/13, a jornalista Paula Cesarino Costa afirmou que, com a aproximação da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude, órgãos como o Exército, Polícia Militar e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entraram em estado de alerta para garantir que a característica de país pacífico, aberto e democrático não se transforme em um defeito para o Brasil. O periódico ainda mencionou que, por consequência dos atentados em Boston, o inimigo externo ganhou relevância no planejamento de segurança dos grandes eventos. (Folha de S. Paulo – Mundo - 17/04/13; Folha de S. Paulo – Opinião - 18/04/13; O Estado de S. Paulo – Internacional - 18/04/13)

6- Relatório Figueiredo é encontrado intacto no Museu do Índio do Rio de Janeiro

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, um dos documentos mais importantes produzido pelo Estado brasileiro entre 1967 e 1968, o chamado Relatório Figueiredo, foi encontrado intacto no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e coordenador do

Projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic. O Relatório Figueiredo foi uma investigação realizada pelo procurador Jader Figueiredo Correia e sua equipe, a pedido do ministro do Interior, Albuquerque Lima, que resultou numa expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e visitou mais de 130 postos indígenas. Figueiredo apurou a aniquilação de tribos, torturas e todo tipo de crueldade praticada contra indígenas por latifundiários e funcionários SPI, tais como caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites arremessadas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado com estricnina, um tipo de veneno. Ao final da expedição, o ministro Lima recomendou a demissão de 33 agentes do SPI e a suspensão de 17 deles, entretanto, a maioria foi inocentada pela Justiça, enquanto aqueles que trabalharam na apuração das graves violações direitos humanos foram exonerados ou trocados de função para esconder o que havia acontecido. Isso ocorreu devido à repercussão internacional que o Relatório Figueiredo causou juntamente com a entrevista do ministro Lima. Por fim, em 13/12/1968 o presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969) baixou o Ato Institucional nº 5, que restringiu as liberdades civis e endureceu o regime. De acordo com Zelic, o Relatório Figueiredo “já havia se tornado motivo de preocupação para setores que estão possivelmente envolvidos nas denúncias”, mesmo antes de ser achado, pois se acreditava que estes documentos haviam sido destruídos em um incêndio no Ministério de Interior. De acordo com o *Correio*, que teve acesso exclusivo aos documentos junto com o jornal *Estado de Minas*, há “inúmeras passagens brutais e revoltantes”. Para o jornal, a descoberta destes documentos podem ressuscitar incontáveis fantasmas e se tornar um trunfo para a Comissão Nacional da Verdade. (*Correio Braziliense* – 19/04/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim

Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC);
Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo
Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais).